

A arquitetura escolar como memória da cidade: o caso do Ruizinho de Ijuí/RS

La arquitectura escolar como memoria de la ciudad: el caso de Ruizinho de Ijuí/RS

Sessão Temática: Patrimônio e Memória

SCHMITZ, João Vicente Machado; Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU); Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

joaoschmitz@outlook.com

Resumo

A arquitetura escolar pode ser considerada um marco da paisagem urbana. Este trabalho propõe uma reflexão de uma arquitetura que se repete no estado do Rio Grande do Sul a partir dos órgãos públicos, mas que em cada cidade apresenta uma particularidade e uma história que deve ser reverberada. A pesquisa possui um edifício em foco, trazendo comparações a outros semelhantes, a fim de apontar breves colocações e questionamentos sobre o que acontecia na época referente à replicação de projetos em todo o estado. O estudo tem respaldo bibliográfico, coleta de materiais in loco e no museu municipal.

Palavras-chave: arquitetura escolar, patrimônio arquitetônico, reminiscência.

Abstract

School architecture can be considered a landmark of the urban landscape. This work proposes a reflection of an architecture that is repeated in the state of Rio Grande do Sul from public agencies, but that in each city presents a particularity and a history that must be reverberated. The research has a building in focus, but it brings comparisons to similar ones, in order to bring brief placements and questions about what happened at the time regarding the replication of projects throughout the state. The study has bibliographic support, collection of materials in loco and in the municipal museum.

Keywords: school architecture, architectural heritage, reminiscence.

1. Introdução

O patrimônio é um conceito heterogêneo; a cada momento surgem novas atividades sob novos focos. A partir dele, a condição histórica está intrinsecamente voltada à ligação do ser humano com o bem patrimonial – é possível compreender as gerações futuras e a própria existência do ser, criando raízes presentes (CARSALADE, 2014).

O autor supradito comenta o aprofundamento fenomenológico do conceito de patrimônio, rompendo a imposição que é feita quando se é referido ao conteúdo como algo único e permanente, enquanto ele se apresenta, na verdade, como uma concepção mutável. Por conseguinte, Rocha (2013) – discutindo sobre o patrimônio brasileiro – acrescenta apontando que o reconhecimento de um bem como patrimônio – independentemente de sua condição material ou imaterial – deve ser assistido a partir de um amplo panorama; a sustentação apoiada em conceitos passados é necessária, sobretudo a perspectiva de futuro, com vista ao sítio que o patrimônio está estabelecido, a fim de idealizar a configuração de cidades saudáveis e de um mundo mais prudente.

No Brasil, durante o governo de Getúlio Vargas – na década de 1930 – surge o Decreto-lei nº. 25 que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, integrando os bens tangíveis e intangíveis àqueles de interesse ao público, e faz colocações sobre o processo de tombamento, onde os edifícios – impreterivelmente – deveriam estar inscritos no Livro do Tombo e, daquele ponto, seriam considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937). De forma a completar o pensamento, Rezende et al. (2015) aponta que, de forma precedente, em 1936, surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, dirigido por Gustavo Capanema – então ministro da Educação e Saúde Pública -, a desígnio do presidente, mas, somente no ano seguinte – em 1937 – que é promulgada a Lei nº. 378, tecendo a criação do SPHAN.

As percepções sobre patrimônio apresentadas demonstram a condição variável do termo; quando se refere ao cotidiano, não é possível fazer indagações à comunidade sobre o que as cartas patrimoniais – que versam sobre o resguardo/instância de patrimônio nas mais variadas escalas – trazem como conceito, ou o conteúdo que as envolve, pois as respostas, certamente, estão abarcadas na história de cada ser, sua trajetória – a visão de patrimônio passa por uma metamorfose constante.

Tendo em vista que a cidade de Ijuí não possui um conselho municipal do patrimônio e nem legislação efetiva no que cerne o resguardo dos bens, objetiva-se neste trabalho colocar em pauta um bem material que representa uma comunidade há inúmeras décadas, apontando a real necessidade de resguardo de um prédio tão importante, não somente por sua arquitetura, mas ao que representa para a memória afetiva da comunidade. Dada insuficiência de políticas públicas municipais, o edifício não possui nenhum tipo de proteção e, além disso, vem se deteriorando, apresentando inúmeras patologias que recebem breves manutenções, enquanto os problemas não são cessados.

O estudo é guiado por análises bibliográficas, documentais, históricas, visitas feitas ao edifício a fim de coletar informações, buscando compor um produto apurado referente ao prédio e sua relação com a comunidade.

2. O Ruizinho

Em articulação ao apontado, apresenta-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa – “Ruizinho” como uma das instituições pioneiras da educação na cidade de Ijuí, que fica à região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e que, conforme apontam dados do IBGE (2020), contava com uma população estimada em 83.764 habitantes em 2020.

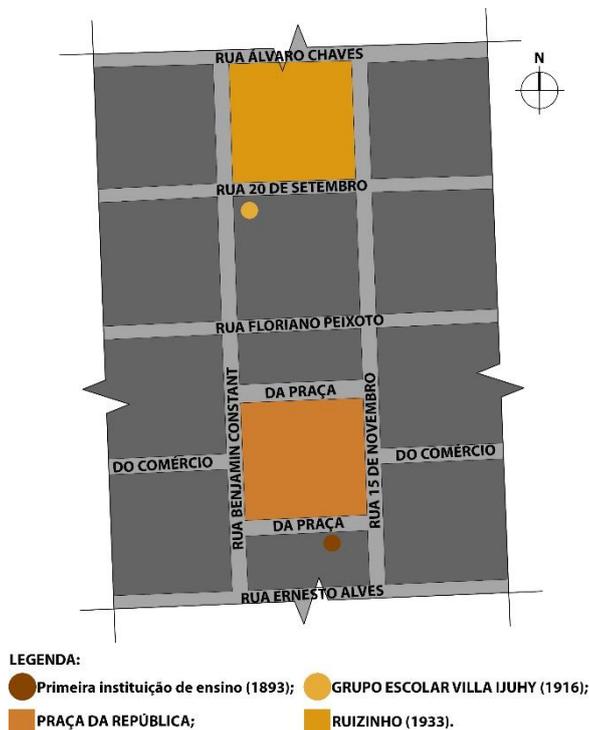
O ensino na cidade iniciou em um prédio que, de acordo com Bindé (2012), era pequeno, construído em peças de madeira e localizava-se ao lado da Igreja da Natividade, onde posteriormente funcionou o Cine Teatro Serrano. Atualmente lojas comerciais ocupam o espaço. Nesse sentido, as autoras Colling e Ristow (1994) acrescentam ao autor supracitado colocando que o primeiro prédio voltado à educação municipal tem data de 1893 e que, em 1914, a cidade construiu um novo prédio escolar, ainda no centro do município.

No último prédio mencionado, em 01 de março de 1916, cria-se o Grupo Escolar Villa Ijuhy que, cinco anos mais tarde – em 1921 –, passa a ser reconhecido como Collegio Elementar, com 6 professores e 282 alunos matriculados (COLLING; RISTOW, 1994). A partir deste ponto, o cenário educacional ljuicense passa a ganhar maior notoriedade, conforme coloca Colling e Ristow (1994, p.78) “O ‘Collegio Elementar’ destacou-se na comunidade pelo trabalho desenvolvido enquanto instituição educacional, bem como pelos eventos sociais e culturais que promovia, envolvendo a comunidade em geral”.

Tendo em vista a precariedade no ensino e a falta de infraestrutura adequada, Souza e Perondi (1976) mencionam que a professora Jenny Cony, - que assumiu a direção do Collegio Elementar em 1923 e manteve-se no cargo por 16 anos - foi a que mais lutou para conseguir um novo edifício para o colégio, e não somente; como Ijuí foi – majoritariamente – colonizada por alemães, o ensino particular era feito em língua alemã. Assim, a referida professora destaca-se, ainda, como uma lutadora pelo ensino na escola pública na língua da pátria.

Depois de muito esforço, em 3 de outubro de 1929, foi feita a transmissão de um lote de 10.000,00m² para a construção do novo prédio da escola e, em 29 de julho de 1930, foi realizada a solenidade para o lançamento da pedra fundamental no sítio do futuro prédio. Três anos mais tarde, em 20 de setembro de 1933, o prédio era entregue à comunidade ljuicense (SOUZA; PERONDI, 1976).

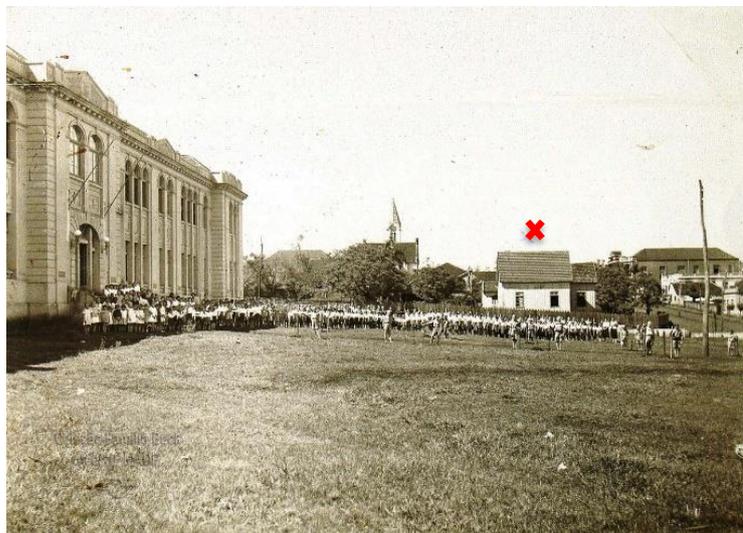
Figura 1: Localização das obras mencionadas em referência à Praça da República, Ijuí/RS, Centro



Fonte: Desenvolvido pelo autor (2021) a partir do Mapa do Plano Diretor de Ijuí (2020) e informações do livro “O ensino em Ijuí: do barracão à cidade universitária” (1994)

O novo edifício foi implantado em um quarteirão formado pelas ruas Benjamin Constant, 20 de Setembro, 15 de Novembro e Álvaro Chaves, no centro da cidade de Ijuí. De acordo com Collings e Ristow (1994), o projeto da escola ficou a cargo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir das construtoras Azevedo Moura & Gertum, Dahne & Conceição. Posteriormente, as duas primeiras edificações de ensino (de 1883 e 1916) foram demolidas.

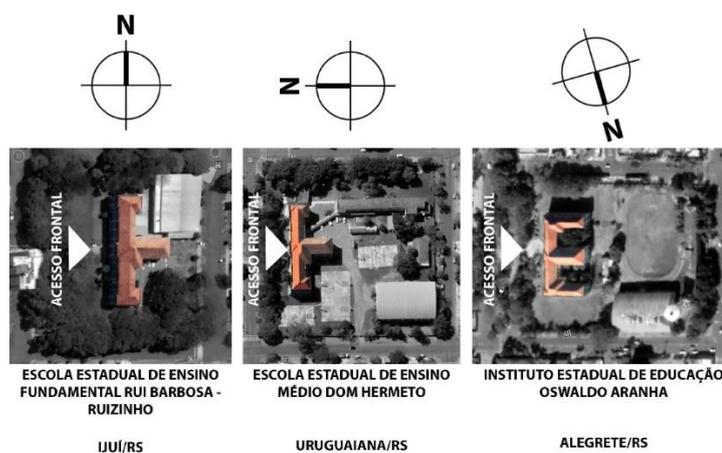
Figura 2: Edifício em estudo à esquerda da imagem e edifício antigo (1916) à direita sob o “X”, década de 1930



Fonte: Acervo MADP, arquivo CB 4.1 0350 (1930)

O edifício, encomendado pelo Estado do Rio Grande do Sul às construtoras Azevedo, Moura & Gertum e Dahne & Conceição, possui outros exemplares “irmãos” edificados pelo estado (Figura 3), como nas cidades de Uruguaiana e Alegrete. A partir da análise dos três edifícios em seus estados atuais e também em fotografias antigas do Ruizinho, é possível notar algumas diferenças entre suas estruturas.

Figura 3: Comparação dos três edifícios em vista de topo, norte variável com posição de acesso frontal idêntico nas três imagens



Fonte: Google Earth (2021), com adaptações e esquema realizado pelo autor (2021)

A partir da vista de topo dos prédios, observa-se uma inteira semelhança entre o edifício de Ijuí e Uruguaiiana que, em vista aérea, aparentam ter mesma área construída, enquanto o edifício de Alegrete possui as duas alas das extremidades alongadas, acrescentando maior área nesse prédio especificamente e, assim, se distinguindo dos dois primeiros pela questão projetual.

Figura 4: Comparação da fachada frontal dos edifícios



Fonte: abaixo de cada imagem, esquema realizado pelo autor (2021)

Na fachada de acesso principal, nota-se a conformidade dos três exemplares; as formas e detalhes são muito semelhantes. Na fotografia da década de 1950 do Ruizinho, observa-se o fechamento frontal original de 1933, ano que o prédio foi inaugurado. O mesmo fechamento é observado, atualmente, nos prédios de Uruguaiiana e Alegrete. Dos três exemplares o Ruizinho foi o único que alterou completamente o fechamento, o fazendo por pilares de concreto pré-fabricados e telas metálicas, enquanto o prédio de Uruguaiiana alterou somente as telas metálicas e, o de Alegrete, manteve toda a originalidade do muro e cerca.

O Ruizinho é referência no ensino e em cultura. O prédio, considerado como um volume monumental, dada sua dimensão em área e altura, fica localizado no centro de Ijuí,

sendo parte da paisagem urbana e um marco referencial a todos que vivem ou visitam a cidade.

Pela sua excelente localização em área central da cidade, pela sua estrutura e instalações, o Ruizinho tem sido reconhecido não apenas como um dos mais importantes estabelecimentos de ensino de Ijuí, como tem servido de palco, ao longo do tempo, para inúmeros eventos culturais e sociais, não apenas a nível de escola mas também da comunidade, como formaturas, bailes, apresentações teatrais, festivais, quermesses e outros (BINDÉ, 2012, p.127).

No térreo do Ruizinho, por conta de patologias no corpo edificado, o piso começou a ceder na ala sul, como aponta Krug (2006). Portanto, foi feita a substituição do piso original por um piso cerâmico (Figura 5 A). No pavimento superior, o piso mantém-se original em ladrilho hidráulico, enquanto foi adicionado um forro de pvc em toda a extensão dos corredores, escondendo a laje rebocada (Figura 5 B). No salão nobre, pavimento superior, o reboco da laje estava cedendo e, como “solução”, foi acrescentado um forro modular, excluindo qualquer tipo de manutenção e avaliação técnica (Figura 5 C).

Figura 5: Alterações internas no corpo edificado



Fonte: Autoria própria (2021)

As mudanças significativas no edifício reafirmam a necessidade de documentação e estudo do estado do prédio, tendo em vista que já foram feitas alterações significativas e que não representam a realidade da concepção original, nem mesmo medidas justificáveis de substituição e estudo foram adotadas, tendo em vista a precariedade de alguns espaços. O processo de identificação dessas mudanças coloca-se, nesse ponto, como fundamental para o reconhecimento do bem a partir da academia, buscando não tratar o edifício como uma peça única e isolada, mas sendo ele o palco de exploração histórica e arquitetônica por meio da

pesquisa científica, para que, em algum momento, seja possível utilizar o trabalho como respaldo de uma luta junto ao poder público, apontando as questões referentes às prevenções voltadas ao prédio.

Esta pesquisa também busca, conforme mencionado anteriormente, apontar o instrumento de inventários participativos como uma possibilidade de preservação primária, a partir da comunidade, vislumbrando uma atenção maior sobre os órgãos municipais à proteção do bem. Essa ferramenta, disponibilizada pelo IPHAN sem cessão de permissão, tem como objetivo disseminar a pesquisa acerca das mais diferentes temáticas urbanas: edifícios, praças, celebrações, entre outros. O objetivo está atrelado ao coletivo, sendo sua aplicação feita a partir de intérpretes e indivíduos inseridos na cultura a ser inventariada. Neste ponto, Creolezio (2019, p.57) coloca que os grupos “[...]têm a autonomia em decidir quais os caminhos que deverão ser tomados para proteger o patrimônio cultural, sem criar vínculos com o IPHAN para que haja o reconhecimento oficial pelo mesmo ou por órgãos de proteção estaduais e municipais”.

Nessa perspectiva, Florêncio et al. (2016) apresenta a ação educativa como aquela que deve garantir a participação da comunidade desde o processo de formação até a execução das atividades propostas, com o objetivo de construir conhecimento de forma coletiva a fim de possibilitar que a própria comunidade consiga se visualizar naquele espaço, pois é o cerne da memória local. Assim, coloca-se como uma possível ferramenta de inclusão da obra como um patrimônio da cidade a partir dos inventários participativos, que garante que as vozes da comunidade sejam ouvidas, quem vive, frequenta o espaço – são as visões particulares que integram o todo, protagonizando o ato de inventariar.

Menciona-se a educação patrimonial como aquela que busca mobilizar a participação social, promover o diálogo e a sensibilização das pessoas locais para com o patrimônio. Assim, a presente pesquisa coloca-se como imprescindível para o (re)conhecimento de um bem tangível pela comunidade, tendo em vista que inúmeras histórias foram e continuam sendo criadas no prédio do Ruizinho. De forma a contribuir com o pensamento e a primar a importância do estudo, Pelegrini (2009) coloca sobre a indispensabilidade da comunidade no processo de difusão cultural, fomentando ações que promovam a inclusão social no contato direto entre mediador (o patrimônio), comunidade (agente) e autor (intérprete – aquele que está responsável pela documentação da investigação).

3. Considerações finais

A pesquisa trata de um edifício de referência educacional concebido por duas das maiores construtoras gaúchas do século passado. O Ruizinho é um prédio histórico que, por ser um dos primeiros edifícios educacionais da cidade de Ijuí, é reconhecido como um marco

referencial da paisagem urbana municipal e na vida da comunidade a partir de sua arquitetura e história ao longo de seus mais de 87 anos de existência – enquanto prédio em utilização – e 126 anos enquanto instituição escolar, sendo palco de inúmeras celebrações educacionais e formações no ensino básico.

Por conseguinte, o presente estudo é fundamental para o desenvolvimento regional em vista a reconhecer uma obra histórica que faz parte da formação de um município de referência cultural que é a cidade de Ijuí, assegurada pelo Projeto de Lei nº 70/2009 como “Terra das Culturas Diversificadas”, que todo ano celebra a heterogeneidade cultural do município por meio de uma feira de exposição agropecuária e festa das etnias.

A resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, aponta que a pesquisa em ciências humanas e sociais é voltada ao conhecimento, compreensão das condições, saberes de pessoas e grupos, valores culturais e história. Assim, a conscientização à preservação de um bem tangível possibilita, ainda, o reconhecimento da própria comunidade, valorizando sua história e o ambiente, sendo que “a história não é – ou não deveria ser – basicamente uma questão de eventos, datas, autorias e locais, mas de formas de comportamento e de entender o mundo e as coisas. De certa maneira, o conhecimento da experiência humana” (MOURA; JANTZEN, 1992, p.33).

Essas afirmações ecoam a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural no meio social, tendo em vista a necessidade do resguardo da memória e identidade do bem perante a sociedade. A proteção da arquitetura vai além de um resguardo estético, mas aquela que mantém viva as marcas de um processo histórico construído socialmente durante um longo período, constituindo parte da identidade de um município.

Por fim, coloca-se que o patrimônio arquitetônico desempenha um papel imprescindível na construção identitária, se apresentando como um lugar de memória de diferentes comunidades, mas que, na percepção da confecção deste trabalho, a preservação e conservação são palavras quase não reconhecidas pelo poder público municipal. Espera-se que, com o aumento e investimento na área do turismo de Ijuí, o patrimônio arquitetônico – aquele que tem sido apagado de forma desenfreada – consiga seu espaço de proteção, para que siga representando a história do município, prezando a cultura e a paisagem urbana.

Referências:

BINDÉ, A. C. **Ijuí histórias revividas: 100 anos de emancipação**. Espumoso: Gráfica Líder, 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ, 1937.

CARSALADE, F. L. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

COLLING, A. M.; RISTOW, B. A. **O ensino em Ijuí: do barracão à cidade universitária**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1994.

CREOLEZIO, T. **Inventários participativos e planejamento museológico: aproximações entre museu comunidade e patrimônio cultural**. 2019. 250 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Interunidades em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Educação Patrimonial: inventários participativos. Manual de aplicação. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em 03 fev. 2021.

FLORÊNCIO, S. R. et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Ceduc, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021. População estimada Ijuí – 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/ijui.html>. Acesso em: 06 jul. 2021

MOURA, Rosa Maria Rolim de; JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick (Org.). **4º Encontro de Ensino de Teoria e História da Arquitetura da Região Sul**. Pelotas, 1992.

KRUG, L. F. **Manifestações patológicas em edificação construída na década de 1930 – um estudo de caso**. Orientador: Luís Eduardo Azevedo Modler. 2006. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia Civil, Departamento de Tecnologias, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 2006.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SOUZA, C. I. B.; PERONDI, H. **Grupo escolar Ruy Barbosa: 60 anos como grupo escolar – 82 anos de existência**. Ijuí: s/e, 1976.

REZENDE, M. B.; et al. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN**. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta). ISBN: 978-85-7334-279-6.

ROCHA, R. O patrimônio (brasileiro) frente ao espelho do tempo. *Drops*, São Paulo, ano 14, n. 073.08, Vitruvius, out. 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.073/4926>. Acesso em: 06 jul. 2021